



Plano de Fortalecimento da Integração de Gênero e Raça no Âmbito da Agenda Climática no Estado do Pará

Produto H: Plano de Incidência Política (Advocacy) para atendimento das questões de gênero e raça no âmbito das políticas climáticas do Pará com especial ênfase nas políticas públicas estaduais de regularização ambiental e fundiária

Março de 2023

Realizado por:



JANELA 8

Apoio



| pg. 1

Sumário

1. Introdução	3
2. Fundamentos do Plano de Incidência Política	4
2.1 Componentes do Plano de Incidência Política.....	4
2.2 Considerações sobre a Câmara Técnica	5
2.3 Teoria da Mudança	7
3. Objetivos do Plano de Incidência Política.....	9
4. Componentes do Plano de Incidência Política.....	11
4.1 Influenciar na ampliação dos processos de regularização de terras previstos no Plano Regulariza Pará em nome de mulheres e PIQCT	11
4.2 Fortalecer a perspectiva de gênero e raça de maneira transversal no Plano Estadual de Bioeconomia até o final de 2023.....	14
4.3 Fortalecer a inclusão da perspectiva de gênero e raça na implementação do sistema jurisdicional de REDD+ até o final de 2024	17
5. Fortalecimento Institucional da Câmara Técnica	20
5.1 Ações de engajamento e fortalecimento do grupo.....	20
5.2 Formações específicas a representantes da Câmara Técnica	21
6. Monitoramento e Indicadores	22
6.1 Processos de Monitoramento.....	22
6.1 Indicadores de Processo.....	23
6.2 Indicadores de Produtos	23
6.3 Indicadores de Resultados.....	24
6.3 Indicadores de Impacto.....	25
6. Anexos.....	26
Anexo 1. Matriz de partes interessadas.....	26
Anexo 2. Referências sobre Incidência Política.....	27

1. Introdução

O projeto Preparando um Território Sustentável Carbono Neutro, apoiado pela “Janela B – Inovação” da Força Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas (GCF Task Force) em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Governo Norueguês, está sendo executado pela TNC, em parceria com o governo do Estado do Pará.

A inclusão da perspectiva de gênero e raça neste projeto está prevista na Política Estadual de Mudanças Climáticas (Lei 9048/2020) e no Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA). Para que tal perspectiva seja alcançada faz-se necessário garantir a existência de espaços de gestão e governança que apoiem a sua concretização efetiva, gerando impactos positivos para a população como um todo.

O presente documento faz parte do Plano de Fortalecimento da Integração de Gênero e Raça no Âmbito da Agenda Climática no Estado do Pará, que vem sendo desenvolvido desde o início de 2022 pela consultoria Janela 8, em parceria com TNC e atuação da SEMAS. Configuram-se como objetivos da consultoria: analisar e propor instrumentos e mecanismos de integração da perspectiva de gênero e raça em dois focos prioritários: (i) Protocolos de Monitoramento e Governança e (ii) Políticas Públicas de Regularização Fundiária e Ambiental.

O Plano de Advocacy para a integração de gênero e raça no âmbito das políticas de regularização fundiária e regularização ambiental de imóveis rurais no Pará está contratualmente definido como Produto H. **O termo advocacy será trabalhado ao longo do documento em sua tradução para Incidência Política.**

2.1 Antecedentes do produto

Ao longo da atuação do projeto, o bloco de ações que se referem a políticas públicas, que culmina em uma proposta metodológica para o fortalecimento de gênero e raça no âmbito das políticas de regularização fundiária e regularização ambiental de imóveis rurais no Pará configurou-se como uma pauta muito conectada à atuação da Câmara Técnica de Equidade, Igualdade de Gênero e Mudanças Climáticas do Pará.

Ao compreender a Câmara Técnica como o principal coletivo com mandato para atuação com foco em gênero e raça para incidência nas políticas públicas de clima do Estado, as ações relacionadas a análise dos componentes de raça e gênero nas políticas públicas priorizadas, bem como a elaboração de um processo de incidência para a integração dessa pauta nas políticas, foram realizadas. em conjunto. com representantes da Câmara Técnica, em reuniões ordinárias e extraordinárias.

2. Fundamentos do Plano de Incidência Política

2.1 Componentes do Plano de Incidência Política

A seguir serão apresentados os componentes¹ do Plano de Incidência Política que serão detalhados a partir da definição dos objetivos. Vale destacar não existe uma etapa que venha antes da outra dentre esses componentes.

A. Definição de objetivos

Ao compreender que nenhuma organização ou mesmo coalizão de organizações é capaz de incidir em um conjunto amplo de políticas simultaneamente, a definição de objetivos busca priorizar uma ou algumas políticas para incidência. O objetivo de incidência política deve especificar:

- “qual” a mudança desejada na política pública;
- “quem” (por exemplo, qual pessoa, instituição, instância etc.) deverá promover a mudança;
- “como” ela será efetuada (por exemplo, pela aprovação de uma lei, edição de um decreto, elaboração de um plano etc.) e,
- “quando” se pretende alcançá-la.

B. Análise de contexto

O plano considera aspectos que precisam ser analisados e sistematizações que deverão ser feitas para um entendimento amplo do contexto em que se inserem os objetivos. É importante nessa análise do contexto entender as barreiras e dificultadores, bem como potenciais aliados no processo.

A análise de contexto também deverá mapear o funcionamento da burocracia estatal, composição das equipes, mecanismos de transparência etc.

C. Produção de conhecimento

O plano propõe um levantamento de informações técnicas que sejam consistentes e baseadas em evidências e que possam ser disponibilizadas para facilitar o processo de incidência política. Aqui também é importante sistematizar dados já produzidos de forma simplificada que possam servir para estratégias de comunicação, bem como para o processo de negociação.

Esse aspecto em especial possui alta relevância e foi um dos pontos com maior potencial de contribuição por parte das organizações que compõem a Câmara Técnica.

¹ O fluxo proposto usa como base a ferramenta disponibilizada na publicação “Advocacy na prática: caminhos e aprendizados ao fazer incidência política”, disponível em: <https://www.conectas.org/publicacao/advocacy-na-pratica/>

D. Mapeamento de interlocutoras/es e espaços de participação

Cada potencial interlocução precisará ser mapeada e também suas relações e posicionamentos. Para cada objetivo será importante entender a composição das equipes na estrutura estatal e quais são os atores que devem ser engajados para que a incidência seja mais efetiva.

E. Processos de articulação e monitoramento

Um dos objetivos da Câmara Técnica foi definido como a articulação com outros fóruns. No plano de incidência política esse objetivo deverá aparecer como um agente fomentador dos outros 2 objetivos, pois poderá contribuir para fortalecer o trabalho de articulação junto aos diferentes setores de relacionamento da Câmara

Outro importante processo de articulação que precisará ser inserido é a estreita relação com o Fórum Paraense de Adaptação às Mudanças Climáticas

Neste item, será importante pensar em formas de mobilização e engajamento conjunto, que muitas vezes não vai se dar de forma perene e constante, tendo em vista a quantidade de atividades que, sobretudo as organizações participantes da Câmara Técnica executam ao mesmo tempo, mas que pode acontecer de forma estratégica e pontual. Por exemplo: para mapear algum aspecto específico, para alavancar a força social e opinião pública na busca de algum pedido junto ao governo; ou para pensar em mecanismos de denúncias de violações de direitos humanos.

F. Fortalecimento de capacidades de comunicação e mobilização

Essencial em um plano de incidência política, os processos de comunicação e mobilização incluem: definição de narrativas e produtos de comunicação, processos de diálogo com a imprensa, ampliar divulgação das pautas que interseccionam gênero, raça e clima.

G. Negociação

A negociação é um dos principais aspectos do plano de incidência política e será importante definir um grupo de pessoas que possa fazer a interlocução em cada um dos objetivos. Esse grupo deve demonstrar a diversidade, a legitimidade e credibilidade daqueles que estão atuando em defesa da agenda.

2.2 Considerações sobre a Câmara Técnica

Para a definição do Plano de Incidência Política foi adotado como pano de fundo o escopo de atuação da Câmara Técnica, definido na portaria que instituiu a mesma, no ano de 2021.

A Portaria nº 974, de 30 de junho de 2021 define como objetivos da Câmara Técnica:

- I. Estabelecer diretrizes para a promoção da equidade e igualdade de gênero, no âmbito da implementação da Lei Estadual nº 9.048, de 29 de abril de 2020 -

Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, e de seus instrumentos, programas, planos e projetos a ele relacionados, incluindo o **Plano Estadual Amazônia Agora**, instituído pelo Decreto nº 941, de 3 de agosto de 2020;

- II. Apoiar o combate à discriminação de mulheres e meninas ou ações que reforcem a discriminação baseada no gênero, **no âmbito da implementação da Política Estadual de Mudanças Climáticas e de programas, planos e projetos a esta associados;**
- III. Apoiar o desenvolvimento de estratégias para que oportunidades, benefícios e recursos disponibilizados por meio da implementação da Política Estadual sobre Mudanças Climáticas e seus instrumentos, alcancem todos de maneira equitativa;
- IV. Promover o **diálogo e espaço de compartilhamento de experiências**, visando ampliar a compreensão quanto às necessidades, interesses e preocupações de todos no que concerne às mudanças climáticas e as ações voltadas para o seu enfrentamento;
- V. Apoiar o **desenvolvimento e a adoção de medidas eficientes para o monitoramento dos impactos de implementação** da Política Estadual sobre Mudanças Climáticas e seus instrumentos, sobre a promoção da equidade e igualdade de gênero no âmbito de suas competências;
- VI. Elaborar, mediante solicitação ou por iniciativa de seus membros, **pareceres e recomendações sobre planos, programas, projetos e ações associadas ao alcance dos objetivos e cumprimento das diretrizes** da Política Estadual de Mudanças Climáticas, ou que possam agravar as desigualdades sociais e de gênero ou a violência praticada contra mulheres e meninas.

Para realizar seus objetivos, **são** competências da Câmara Técnica de Equidade, Igualdade de Gênero e Mudanças Climáticas

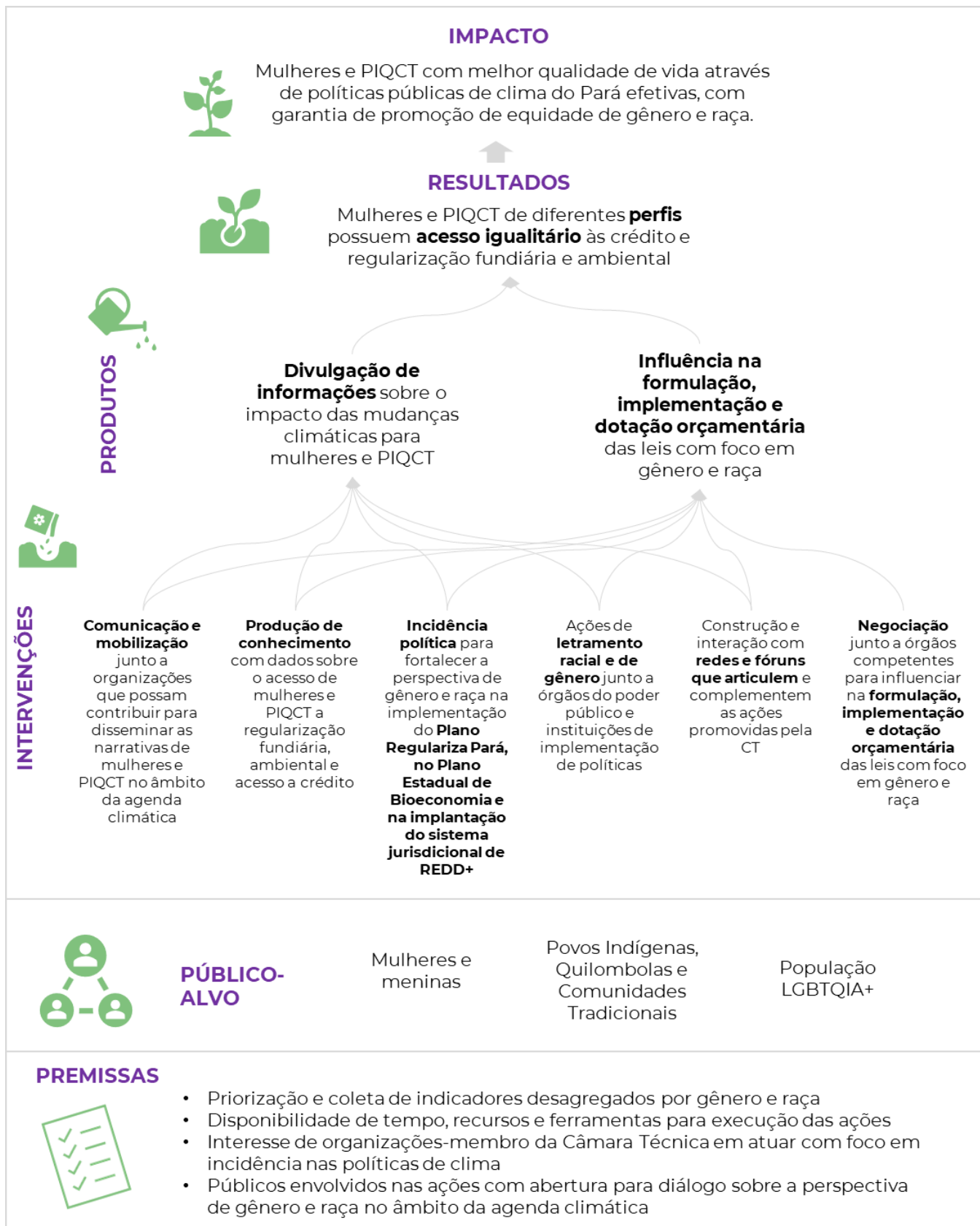
- I. Analisar questões de alta relevância e correlação com os objetivos do FPMAC;
- II. Subsidiar discussões promovidas no âmbito do FPMAC, bem como as deliberações dele promovidas;
- III. Propor mecanismos de intercâmbio técnico e institucional;
- IV. Analisar e emitir pareceres sobre assuntos afins, e
- V. Exercer competências do FPMAC que lhe forem especialmente delegadas pelo plenário.

2.3 Teoria da Mudança

Para a definição de um plano de incidência nas políticas, parte-se da construção da Teoria da Mudança para a integração de gênero e raça nas políticas de clima do Estado do Pará. Trata-se de uma ferramenta empregada amplamente com a finalidade de apoiar processos de planejamento e avaliação que ajuda grupos e organizações a qualificarem suas iniciativas socioambientais.

Esta construção, realizada com a utilização de insumos e resultados do diagnóstico e das interações com a Câmara Técnica e públicos de interesse do projeto, busca construir um caminho viável para a mudança desejada.

Importante destacar que a Teoria da Mudança está apresentada aqui como uma possibilidade de encadeamento das possibilidades de atuação, resultados e impacto desejados. Sua apresentação e validação ocorreu em reunião virtual no dia 27 de março de 2023. Compreendendo que se trata de uma ferramenta viva, será importante revisitá-la após a fase inicial de implantação do Plano de Incidência Política e realizar ajustes que se façam necessários.



3. Objetivos do Plano de Incidência Política

A partir da Teoria da Mudança e dos objetivos definidos para a atuação da Câmara Técnica e da Oficina de Incidência Política com a Câmara Técnica (realizada em março de 2023), o presente Plano de Incidência Política definiu três principais objetivos para serem trabalhados.

OBJETIVO 1:

Influenciar na ampliação dos processos de regularização de terras previstos no Plano Regulariza Pará em nome de mulheres e PIQCT por meio da difusão de estudos sobre a representatividade de gênero e raça nos territórios do Pará junto ao Instituto de Terras do Pará até o final de 2024.

Resultados esperados:

1. Mapeamento do estado atual de informações disponíveis em termos de gênero e raça nos territórios do Pará
2. Desenho de um plano de monitoramento de titularidade das terras junto ao ITERPA
3. Definição de indicadores que serão monitorados ao longo da atuação da Câmara Técnica e fornecidos como subsídios à articulação das pautas de gênero e raça na atuação do Fórum Paraense de Adaptação e Mudanças Climáticas (FPAMC)

OBJETIVO 2:

Fortalecer a perspectiva de gênero e raça de maneira transversal no Plano Estadual de Bioeconomia até o final de 2023.

Resultados esperados:

1. Mapeamento e disseminação de programas estaduais que possuem critérios de gênero e raça
2. Produção de um documento contendo diretrizes norteadoras de implementação
3. Influenciar na implementação das diretrizes no Plano Estadual de Bioeconomia

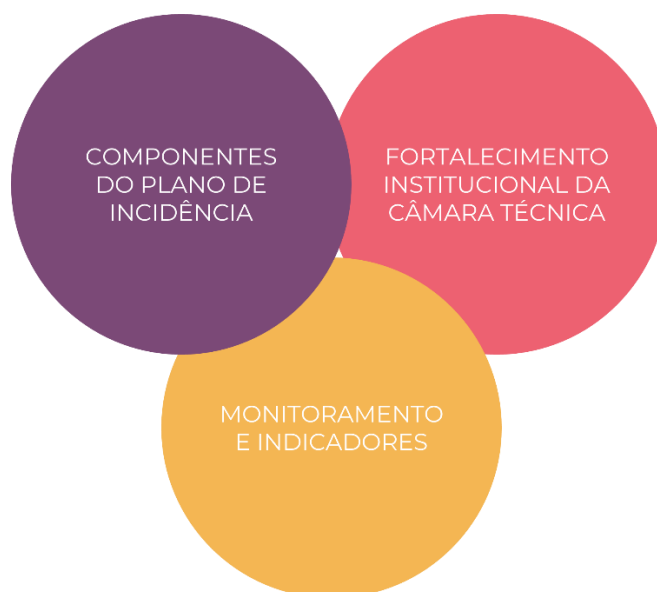
OBJETIVO 3:

Fortalecer a perspectiva de gênero e raça de maneira transversal na implementação do sistema jurisdicional de REDD+

Resultados esperados:

1. Mapeamento de indicadores que permitam aferir a perspectiva de gênero e raça na distribuição dos benefícios de REDD+
2. Proposta de indicadores que permitam aferir a perspectiva de gênero e raça na distribuição dos benefícios de REDD+
3. Influenciar na implementação de indicadores com a perspectiva de gênero e raça no processo de implementação do sistema jurisdicional de REDD+

A partir dos objetivos do Plano de Incidência Política, recomenda-se, para que possa ser colocado em prática e acompanhado de maneira eficiente, três focos de ação que se retroalimentem.



- **Componentes do Plano de Incidência:** trata de ações específicas para atingir cada um de seus objetivos
- **Fortalecimento institucional da Câmara Técnica:** necessário para que a Câmara Técnica consiga acompanhar as ações e fortalecer-se ao longo do tempo, inclusive revisitando os objetivos e resultados e fazendo ajustes de rota, caso necessário.
- **Monitoramento e indicadores:** acompanhamento das ações e dos resultados, alimentando os componentes do plano e o fortalecimento institucional da Câmara Técnica

A seguir cada desses elementos será detalhado.

4. Componentes do Plano de Incidência Política

Para cada objetivo definido anteriormente estão detalhados seus componentes específicos, de forma que a Câmara Técnica possa se organizar em grupos específicos para endereçar as atividades relacionadas ao seu objetivo. Esses aspectos estão organizados da seguinte forma:

- Resultados esperados do objetivo
- Atividades de curto prazo (primeiro semestre de 2023, incluindo datas e responsáveis)
- Atividades de médio prazo (até 2024, atividades a serem revisitadas a partir dos resultados das atividades de curto prazo)

4.1 Influenciar na ampliação dos processos de regularização de terras previstos no Plano Regulariza Pará em nome de mulheres e PIQCT por meio da difusão de estudos sobre a representatividade de gênero e raça nos territórios do Pará junto ao Instituto de Terras do Pará até o final de 2024.

RESULTADOS ESPERADOS

1. Mapeamento do estado atual de informações disponíveis em termos de gênero e raça nos territórios do Pará
2. Desenho de um plano de monitoramento de titularidade das terras junto ao ITERPA
3. Definição de indicadores que serão monitorados ao longo da atuação da Câmara Técnica e fornecidos como subsídios à articulação das pautas de gênero e raça na atuação do Fórum Paraense de Adaptação e Mudanças Climáticas (FPAMC)

ATIVIDADES DE CURTO PRAZO

Atividade (O quê)	Responsável (Quem)	Prazo (Quando)
Solicitar à SEMAS de apresentação do Plano Regulariza Pará, inclui: - Elaborar ofícios e enviar à SEMAS e ITERPA - Agendar reunião online - Identificar quais instâncias de decisão e influência no Plano	Malungu	30/03/23
Verificar sobre a possibilidade de a Câmara Técnica contar com representante nas discussões sobre o Plano com objetivo de fazer o recorte de gênero e raça	Malungu e ADQ-UFPA	03/04/23

Atividade (O quê)	Responsável (Quem)	Prazo (Quando)
Identificar potenciais parceiros para levantamento de dados (universidade e institutos de pesquisa)	INCRA e ADQ	02/05/23
Entender barreiras e dificultadores no processo de mapeamento da posse das terras	INCRA e ADQ	02/05/23
Sistematizar diálogos e análises realizadas e apresentação na reunião ordinária da Câmara Técnica	Malungu e ADQ	30/06/23
Propor e validar próximas atividades (considerando a lista de atividades de médio prazo) na reunião ordinária da Câmara Técnica	Malungu e ADQ	30/06/23

ATIVIDADES DE MÉDIO PRAZO

Caberá ao grupo visitar as atividades sugeridas abaixo, priorizar e validar com a Câmara Técnica nas reuniões ordinárias.

Análise de contexto

- Identificar o tipo de propriedades rurais ocupadas por mulheres e PIQCT (área, jurisdição estadual ou federal, tipo de uso)
- Identificar pessoas e organizações aliadas que poderão ser engajadas.
- Identificar aliados e opositores dentro do legislativo
- Entender regras em relação a transparência dos dados sobre posse das terras
- Entender sistemas e processos existentes para o mapeamento das terras junto ao INCRA
- Identificar indicadores existentes e que já são acompanhados pelo INCRA e ITERPA
- Identificar ações voltadas para as mulheres e PIQCT já realizadas pelo INCRA e ITERPA
- Investigar o posicionamento internacional do Brasil em relação à temática de regularização fundiária na perspectiva de gênero e raça

Produção de conhecimento de apoio à incidência política

- Sistematizar o estado atual de informações disponíveis em termos de gênero e raça nos territórios do Pará

Mapeamento de interlocutoras/es e espaços de participação

- Preencher de matriz de partes interessadas para esse objetivo específico (Anexo 1)
- Priorizar pessoas e organizações a serem engajadas
- Detalhar o processo de engajamento de interlocutores/as

Processos articulação e monitoramento

- Definir indicadores que serão monitorados ao longo da atuação da Câmara Técnica e fornecidos como subsídios à articulação das pautas de gênero e raça na atuação do Fórum Paraense de Adaptação e Mudanças Climáticas (FPAMC)
- Articular para desenho de um plano de monitoramento de titularidade das terras junto ao ITERPA

Comunicação e mobilização

- Mapear organizações e movimentos que atuam na pauta e podem difundir as ações realizadas (ex: Marcha das Margaridas)
- Preparar r informações de forma visual e simplificada para disseminação junto às organizações e movimentos mapeados
- Articular organizações e movimentos para disseminarem o estado atual de informações disponíveis em termos de gênero e raça nos territórios do Pará
- Articular imprensa estadual para disseminar o estado atual de informações disponíveis em termos de gênero e raça nos territórios do Pará
- Produção de material para difundir o levantamento junto ao FPAMC

Negociação

- Definir grupo de pessoas que fará a interlocução junto ao ITERPA e que será ponto focal nas negociações
- Elaborar mensagens-chave a serem utilizadas nas negociações junto ao ITERPA

Possíveis ações de incidência dentro do Plano Regulariza Pará

- Incidir na demanda por regularização de territórios, incluindo uma aba específica para mulheres no sistema
- Participar das audiências públicas e fóruns de participação coletiva no processo de revisão das propostas normativas relativas a regularidade fundiária (utilizando os dados e propostas levantados nas etapas anteriores)
- Acompanhar as propostas junto ao ITERPA dentro do elemento fundante da estratégia – Fortalecimento Infraestrutural, propor ações de letramento em gênero e raça para a equipe do projeto e a garantia de diversidade na contratação de pessoal
- Atuar para garantir a participação da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e outras correlatas a pauta dos direitos das mulheres e PIQCT dentro do elemento fundante 5 da estratégia – Atuação Estratégica e Coordenada
- Mapear mais legislações específicas e ampliar ações para além do Plano Regulariza Pará

4.2 Fortalecer a perspectiva de gênero e raça de maneira transversal no Plano Estadual de Bioeconomia até o final de 2023

RESULTADOS ESPERADOS

- Mapeamento e disseminação de programas estaduais que possuem critérios de gênero e raça
- Produção de um documento contendo diretrizes norteadoras de implementação
- Influenciar na implementação das diretrizes no Plano Estadual de Bioeconomia (PlanBio)

ATIVIDADES DE CURTO PRAZO

Atividade (O quê)	Responsável (Quem)	Prazo (Quando)
Incluir capacitação sobre o Plano Estadual de Bioeconomia no Colóquio de Bioeconomia da Amazônia, inclui: - Organizar agenda do encontro - Convidar representante responsável na SEMAS - Convidar públicos para participarem (Câmara Técnica e possíveis interessadas)	Ruth (UFRA) e Nadilson (MP) realizam, Benedita (MGoeldi) apoia	15/05/23
Publicizar a Capacitação sobre PlanBio após sua realização	Elaine e Regiane (SEMAS) executam, Angela (Fetagri) demanda, TNC apoia	30/05/23
Compartilhar o que cada organização participante da Câmara Técnica faz em termos de Bioeconomia - Elaborar formulário e compartilhar com grupo - Acompanhar preenchimento	Camila (Fetagri), Denise (UFPA)	20/05/23
Diálogo com área responsável pelo PlanBio na SEMAS para entender possibilidades de atuação para ampliar a perspectiva de Gênero e Raça no PlanBio (considerando material com análise já elaborado)	Ruth (UFRA), Nadilson (MP), Benedita (MGoeldi)	30/06/23
Entender com SEMAS como está o orçamento e ações para o PlanBio no PPA (com revisão até outubro de 2023) - Quem é responsável pela dotação orçamentária do plano - Quais métricas de gênero e raça serão acompanhadas - Qual o valor orçamentário previsto e executado	Ruth (UFRA), Nadilson (MP), Benedita (MGoeldi)	30/06/23

Atividade (O quê)	Responsável (Quem)	Prazo (Quando)
Compartilhar no próximo encontro da Câmara Técnica o que cada organização participante da Câmara Técnica faz em termos de Bioeconomia e avanços das atividades dessa frente	Camila (Fetagri), Denise (UFPA), Ruth (UFRA), Nadilson (MP), Benedita (MGoeldi)	30/06/23

ATIVIDADES DE MÉDIO PRAZO

Caberá ao grupo visitar as atividades sugeridas abaixo., priorizar e validar com a Câmara Técnica nas reuniões ordinárias.

Análise de contexto

- Elaborar Termo de Referência para mapeamento e disseminação de programas estaduais que possuem critérios de gênero e raça
- Contratar e acompanhar o mapeamento e disseminação de programas estaduais que possuem critérios de gênero e raça
- Acompanhar o espaço de governança do Plano Estadual de Bioeconomia do Pará
- Entendimento dos eixos prioritários para garantir especialmente a inclusão de objetivos específicos conectados a estratégia de gênero
- Acompanhar as ações já desenhadas conectadas a PIQCT

Produção de conhecimento

- Produzir, a partir do mapeamento de programas estaduais que possuem critérios de gênero e raça, um documento contendo diretrizes norteadoras de implementação de critérios de gênero e possíveis ações de fortalecimento de raça nas leis climáticas do Estado
- Produção de um documento específico para implementação de ajustes no Plano Estadual de Bioeconomia, considerando os critérios previamente definidos

Mapeamento de interlocutoras/es e espaços de participação

- Preenchimento de matriz de partes interessadas para esse objetivo específico (Anexo 1)
- Mapeamento e desenho do processo decisório para tramitação de ajustes no PlanBio
- Priorização de pessoas e organizações a serem engajadas
- Detalhamento do processo de engajamento de interlocutores/as

Processos de articulação

- Definição de indicadores que serão monitorados para acompanhar a influência da inclusão dos critérios de gênero e raça no Plano de Bioeconomia

Comunicação e mobilização

- Mapeamento de organizações e movimentos que atuam na pauta e podem difundir as ações realizadas (ex: Rede Jandyras)
- Preparação de informações de forma visual e simplificada para disseminação junto às organizações e movimentos mapeados
- Articulação com organizações e movimentos para disseminarem diretrizes norteadoras de implementação de critérios de gênero e raça nas leis climáticas do Estado
- Articulação com imprensa estadual para disseminar as diretrizes norteadoras de implementação de critérios de gênero e raça nas leis climáticas do Estado
- Produção de material para difundir o levantamento junto ao FPAMC

Negociação

- Definição de pessoa que fará a interlocução junto à SEMAS e que será ponto focal nas negociações
- Participação da pessoa definida nas rodadas de diálogo e consultas para desenho do Plano de Bioeconomia

Possíveis ações de incidência dentro do Plano Estadual de Bioeconomia do Pará

- Incidência para garantir a representatividade de raça e paridade de gênero regulamentadas nos espaços de governança.
- Acompanhamento dos processos de revisão da política incidindo para a inclusão de objetivos estratégicos ligados a gênero no eixo prioritário a câmara.
- Incidir para a construção de indicadores conectados a gênero e raça.
- Incidir nos espaços de governança para proposta de inclusão de iniciativas conectadas a gênero nos eixos do Plano Estadual de Bioeconomia, como:

Eixo 1:

- Proposta de iniciativas conectadas a oferta de bolsas de pesquisa para mulheres
- Proposta de inclusão de estudos sobre barreiras e dificuldades da bioeconomia sobre a perspectiva de gênero e raça
- Proposta de pesquisa visando a construção da linha de base para indicadores de gênero e raça

Eixo 2:

- Proposta para fomentar a realização de pesquisa científica liderada por mulheres associada Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional

Eixo 3:

- Fomentar iniciativas de apoio a negócios liderados por mulheres

- o Fomentar capacitação técnica e em gestão para fortalecimento de negócios liderados por mulheres
- o Influenciar políticas públicas para que as compras públicas possam priorizar negócios liderados por mulheres e PIQCT
- o Proposta para criar, ampliar, adequar e incentivar o acesso às linhas de crédito do BanPará-Bio de forma a atender negócios liderados por mulheres com condições especiais (a partir dos estudos e mapeamentos realizados)

4.3 Fortalecer a inclusão da perspectiva de gênero e raça na implementação do sistema jurisdicional de REDD+ até o final de 2024

RESULTADOS ESPERADOS

- Mapeamento de indicadores que permitam aferir a perspectiva de gênero e raça na distribuição dos benefícios de REDD+
- Proposta de indicadores que permitam aferir a perspectiva de gênero e raça na distribuição dos benefícios de REDD+
- Influenciar na implementação de indicadores com a perspectiva de gênero e raça no processo de implementação do sistema jurisdicional de REDD+

ATIVIDADES DE CURTO PRAZO

Atividade (O quê)	Responsável (Quem)	Prazo (Quando)
Agendar reunião com SEMAS (Juliane Montanho) para apresentação à Câmara Técnica sobre o que é SISREDD+ e o seu status de implementação	Eli (FEPIPA)	29/03/23
Mapear a governança, incluindo avaliação da perspectiva de gênero e raça nos processos decisórios	TNC	30/04/23
Levantar e apresentar experiências na integração de gênero e raça nos sistemas jurisdicionais de REDD+ (Brasil e Exterior)	TNC (Teresa e Roberta) em articulação com PNUD e TNC Internacional	31/05/23
Preencher a matriz de partes interessadas para esse objetivo específico (Anexo 1)	DPE	31/05/23
Priorizar pessoas e organizações a serem engajadas considerando as ações definidas	DPE	30/06/23
Compartilhar no próximo encontro da Câmara Técnica o que cada organização participante da Câmara Técnica faz em termos de Bioeconomia e avanços das atividades dessa frente	TNC e DPE	30/06/23

Atividade (O quê)	Responsável (Quem)	Prazo (Quando)
Detalhar os objetivos e o processo de engajamento de interlocutores/as	TNC	30/07/23
Definir indicadores que serão monitorados para acompanhar resultados de incidência política da Câmara Técnica	TNC	30/07/23
Mapear os impactos das mudanças climáticas; enchentes e outros, sobre a vida das mulheres no ambiente rural e urbano	A definir	A definir

ATIVIDADES DE MÉDIO PRAZO

Caberá ao grupo visitar as atividades sugeridas abaixo., priorizar e validar com a Câmara Técnica nas reuniões ordinárias.

Análise de contexto

- Mapear o status de implementação dos sistemas jurisdicionais de REDD+ junto aos demais estados da Amazônia Legal
- Após processo de implementação do sistema jurisdicional de REDD+:
 - Analisar o funcionamento, representatividade e ações realizadas do Comitê Científico do Plano e o Núcleo Permanente de Acompanhamento do Plano Estadual Amazônia Agora
 - Identificar ações realizadas e indicadores existentes no componente II do PEAA - aumentar a produtividade por meio da assistência técnica, extensão rural, gerencial e inovação tecnológica para o campo, livre de desmatamento e adepta às boas práticas socioambientais e à proteção da biodiversidade e dos ciclos hidrológicos;
 - Identificar ações realizadas e indicadores existentes no componente XVI do PEAA - viabilizar ambiente seguro de negócios e de crédito, favorável ao desenvolvimento de investimentos que promovam a economia de baixo carbono.

Produção de conhecimento

- Produzir um documento contendo o estado atual de implementação do sistema jurisdicional de REDD+ na perspectiva de gênero e raça, considerando insumos do mapeamento do contexto
- Produzir um documento específico para recomendações de diretrizes e instrumentos de implementação do sistema jurisdicional de REDD+, com vias a ampliar a integração de gênero e raça no processo

Mapeamento de interlocutoras/es e espaços de participação

- Mapear e desenhar o processo decisório para tramitação da implementação do sistema jurisdicional de REDD+

Processos de articulação

- Definir indicadores que serão monitorados para acompanhar a influência da inclusão dos critérios de gênero e raça na implementação do sistema jurisdicional de REDD+

Comunicação e mobilização

- Mapear interlocutores/as: organizações e movimentos que atuam na pauta e podem difundir as ações realizadas nos estados da Amazônia Legal
- Preparar informações de forma visual e simplificada para divulgação e conscientização sobre o REDD+ e as questões de gênero e raça junto a organizações lideradas por mulheres e PIQCT
- Preparar informações de forma visual e simplificada para disseminação das ações da câmara junto às organizações e movimentos mapeados
- Articular com organizações e movimentos para que disseminem diretrizes norteadoras de implementação de critérios de gênero e raça nas leis climáticas do Estado
- Articular imprensa estadual para disseminar as diretrizes norteadoras de implementação de critérios de gênero e raça nas leis climáticas do Estado
- Produzir material para difundir o levantamento junto ao FPAMC

Negociação

- Definir grupo de pessoas que fará a interlocução junto à SEMAS e que será ponto focal nas negociações
- Garantir participação do grupo de interlocução em rodadas de diálogo e consultas para implementação do sistema jurisdicional de REDD+

Possíveis ações de incidência nos processos de implementação do sistema jurisdicional de REDD+

- Incidir na garantia de representatividade de raça e paridade de gênero regulamentadas nos processos decisórios do sistema jurisdicional
- Incidir na inclusão da discussão sobre ações voltadas a gênero e raça nos espaços de implementação do REDD+
- Incidir na definição de indicadores de monitoramento de resultados de REDD+ com vias a garantir resultados equitativos em termos de gênero e raça
- Acompanhar atualizações no PEAA e incidência em componentes específicos, como por exemplo:

II - Aumentar a produtividade por meio da assistência técnica, extensão rural, gerencial e inovação tecnológica para mulheres da agricultura familiar, livre de desmatamento e adepta às boas práticas socioambientais e à proteção da biodiversidade e dos ciclos hidrológicos;

XVI - Viabilizar ambiente seguro de negócios e de crédito para mulheres e PIQCT, favorável ao desenvolvimento de investimentos que promovam a economia de baixo carbono

5. Fortalecimento Institucional da Câmara Técnica

Com o entendimento que os grupos de trabalho da Câmara Técnica se formaram recentemente e que o plano de incidência política demanda intensidade de atividades e engajamento do grupo, se faz essencial trabalhar o fortalecimento institucional dessa instância para garantir a continuidade da mobilização do grupo e o arcabouço técnico necessário para a atuação proposta.

Nesse sentido, este capítulo sugere processos de fortalecimento da Câmara Técnica para além das ações específicas de incidência política.

5.1 Ações de engajamento e fortalecimento do grupo

As ações de fortalecimento institucional incluem desde aspectos específicos do funcionamento da Câmara Técnica até ações para fortalecimento do grupo. Estão pautadas em garantia de continuidade das ações complementarmente ao engajamento das pessoas e organizações que fazem parte.

- Desenho de **Regimento Interno da Câmara Técnica**, com maior detalhamento de papéis e responsabilidades, bem como pactuação de frequência de reuniões e processos de gestão do conhecimento
- Desenho coletivo do **Manifesto da Câmara Técnica**. Este exercício pode trazer grande senso de propósito comum, devendo ser construído de maneira colaborativa, buscando além de engajar organizações que, eventualmente, ainda não fazem parte da Câmara Técnica, e se identifiquem com o manifesto
- Detalhamento do **Planejamento Estratégico** da Câmara Técnica, reunindo as prioridades definidas no encontro realizado em fevereiro de 2023 e o Plano de Incidência Política. É recomendável que este planejamento estratégico seja realizado a partir da próxima eleição de coordenação da Câmara Técnica, permitindo que as organizações que ficarem responsáveis pela coordenação das atividades possam pautar-se em um plano específico que inclua objetivos, atividades, prazos e responsáveis

- Promover um encontro em que todas as organizações da Câmara Técnica possam **apresentar suas ações específicas** no que se refere a equidade e igualdade de gênero na agenda das mudanças climáticas. É importante que esse encontro seja direcionado para apresentação da estratégia de cada organização de uma maneira mais ampliada e, também, para ações específicas às pautas da Câmara Técnica, de modo que sinergias possam ser identificadas de maneira objetiva
- A partir do Planejamento Estratégico da Câmara Técnica, detalhar um **planejamento orçamentário** e captar recursos para as atividades, incluindo:
 - Atividades de fortalecimento da Câmara, incluindo atividades de coordenação e de gestão do conhecimento
 - Atividades de incidência política, incluindo pesquisas, materiais de comunicação, despesas com logística de viagens etc.Vale destacar que essa captação de recursos pode ser feita tanto via editais relacionados à atuação da Câmara Técnica quanto via orçamento das organizações que compõem a Câmara Técnica

5.2 Formações específicas a representantes da Câmara Técnica

Abaixo estão detalhadas as principais formações que podem contribuir para maior apropriação das organizações membro do Plano de Incidência Política.

- Oficinas de **fortalecimento das relações do grupo** que garantam o entrosamento e a mobilização do grupo, pensando na sustentabilidade do mesmo
- **Formação continuada em Incidência Política** – continuidade da formação em incidência política feita junto com o monitoramento do plano de incidência desenhado, A formação pode não só dar subsídios de acordo com a etapa do plano, como também solucionar dúvidas e ofertar recomendações. Um tópico de extrema importância a ser endereçado nesse ponto é a comunicação para a incidência, não só para preparar o grupo em termos de estratégia e práticas e comunicação, mas também para entendimento dos requisitos legais conectados a essa questão.
- **Formação básica em monitoramento e avaliação** – parte das ações está concentrada na construção de mecanismos de monitoramento e acompanhamento das políticas, sendo assim, é necessário que o grupo tenha acesso aos elementos básicos desse tópico.
- **Processos autogestionados de formação** – a partir do levantamento de dados e construção de documentos, os/as próprios/as membros/as podem realizar capacitações técnicas para o grupo, democratizando e circulando o conhecimento gerado tanto no espaço coletivo, como nas experiências específicas.

6. Monitoramento e Indicadores

O plano de monitoramento e avaliação proposto foi desenhado considerando a Teoria da Mudança proposta e as ações gerais de incidência política.

6.1 Processos de Monitoramento

Para que os processos de monitoramento do plano sejam efetivos, é importante definir processos de monitoramento que contemplem desde a execução do plano em si quanto os indicadores.

Aqui estão colocadas algumas sugestões de processos, mas é importante que os mesmos sejam pactuados em conjunto com as ações e o funcionamento da Câmara Técnica. Além disso, a partir das ações do primeiro semestre, sugere-se que os indicadores sejam revisitados e a Teoria da Mudança possa ser validada coletivamente.

Cada indicador proposto corresponde a um nível de impacto (intervenções, produtos, resultados, impacto) e seu acompanhamento ao longo do tempo permitirá aferir se as ações realizadas estão de fato gerando as mudanças desejadas.

Após a revisão e validação dos indicadores, será necessário definir uma forma de coleta e uma periodicidade. Para cada nível de intervenção sugere-se um período mínimo de aferição:

- Intervenções: semestralmente
- Produtos: semestralmente
- Resultados: anualmente
- Impacto: bianualmente

Para monitorar o plano sugere-se os seguintes passos:

- **Definição de grupo de monitoramento** do Plano, com duas ou três pessoas que sejam responsáveis por liderar o processo
- **Validação dos indicadores coletivamente**, garantindo que as formas de coleta sejam viáveis e que as ações selecionadas no plano estejam condizentes com eles
- **Desenho de instrumentos de coleta** (por exemplo: planilhas, formulários online, arquivos específicos). É importante que esteja explicitado em cada instrumento de coleta, a qual ou quais indicadores ele responde.
- **Definição de responsáveis** pelo preenchimento e envio dos instrumentos de coleta ao grupo de monitoramento
- Realização de **reuniões trimestrais de acompanhamento**. Essas reuniões devem acompanhar tanto a execução das ações do plano quanto sistematizar os indicadores. É importante que os avanços e desafios possam aparecer, de forma que o processo de monitoramento contribua para o aprendizado do grupo sobre o

que está funcionando, o que precisa de ajustes para funcionar e o que pode ser deixado de lado.

- Apresentação do **status de monitoramento nas reuniões ordinárias** da Câmara Técnica. É importante que toda reunião conte com um momento de apresentação do monitoramento e que exista um diálogo sobre os avanços e desafios.

6.1 Indicadores de Processo

Os indicadores de processo referem-se ao acompanhamento das atividades que serão realizadas pelo plano.

Intervenções	Indicadores
Comunicação e mobilização junto a organizações que possam contribuir para disseminar as narrativas de mulheres e PIQCT no âmbito da agenda climática	- N° de materiais de comunicação produzidos - N° de Organizações engajadas
Produção de conhecimento com dados sobre o acesso de mulheres e PIQCT a regularização fundiária, ambiental e acesso a crédito	-N° de estudos produzidos
Incidência política para fortalecer a perspectiva de gênero e raça na implementação do Plano Regulariza Pará, no Plano Estadual de Bioeconomia e na implantação do sistema jurisdicional de REDD+	- N° de ações do Plano de Incidência realizadas
Ações de letramento racial e de gênero junto a órgãos do poder público e instituições de implementação de políticas	- N° de atividades e ações de letramento racial e de gênero realizadas - Horas de formação de letramento racial e de gênero realizadas - N° de materiais de letramento racial e de gênero compartilhados - Percentual de pessoas, considerando gênero, raça, etnia e geração sempre que possível, que receberam e acessaram os materiais e formações
Construção e interação com redes e fóruns que articulem e complementem as ações promovidas pela CT	- N° de reuniões/eventos de redes e fóruns que contaram com participação da Câmara Técnica - N° de reuniões/eventos com pautas específicas da Câmara Técnica
Negociação junto a órgãos competentes para influenciar na formulação, implementação e dotação orçamentária das leis com foco em gênero e raça	- N° de reuniões realizadas junto a órgãos competentes - Percentual de reuniões agendadas e realizadas

6.2 Indicadores de Produtos

Os indicadores de produtos referem-se às entregas específicas que as atividades geram.

Intervenções	Indicadores
Divulgação de informações sobre o impacto das mudanças climáticas para mulheres e PIQCT	<ul style="list-style-type: none"> - N° de documentos produzidos a partir das ações da Câmara Técnica - N° de pessoas alcançadas com os materiais de divulgação - N° de matérias/reportagens que citam a atuação da Câmara Técnica - N° de matérias/reportagens que citam informações produzidas pela Câmara Técnica
Influência na formulação, implementação e dotação orçamentária das leis com foco em gênero e raça	<ul style="list-style-type: none"> - Recomendações que são submetidas para aprovação em decretos e formulações - N° de reuniões e fóruns que incorporam pautas sugeridas pela Câmara Técnica - N° de reuniões e fóruns com deliberações que ampliam a integração de gênero e raça nas políticas de clima do estado

6.3 Indicadores de Resultados

Os indicadores de resultados referem-se às transformações diretas que se espera que os produtos gerem, que no caso do Plano de Incidência Política referem-se à ampliação da integração de gênero e raça nas políticas de clima do estado.

Intervenções	Indicadores
Políticas de Clima do Pará ampliam a integração de gênero e raça em suas formulações e implementações	<ul style="list-style-type: none"> - Decretos que incorporam as recomendações da Câmara Técnica - Instâncias de representatividade que incorporam recomendações da Câmara Técnica - Alterações de sistemas ou processos a partir de recomendações da Câmara Técnica

6.3 Indicadores de Impacto

Os indicadores de impacto referem-se aos benefícios gerados pelos resultados, ou seja, a partir da ampliação da integração de gênero e raça nas políticas de clima, espera-se que as mulheres e PIQCT tenham acesso igualitário a crédito, regularização fundiária, ambiental e benefícios de REDD+.

Intervenções	Indicadores
<p>Mulheres e PIQCT de diferentes perfis possuem acesso igualitário à crédito, regularização fundiária e ambiental e benefícios de REDD+</p>	<ul style="list-style-type: none"> - N° de mulheres que acessam crédito - N° de PIQCT que acessam crédito - N° de mulheres indígenas, quilombolas ou de comunidades tradicionais que acessam crédito - Valor acessado R\$ por mulheres - Valor acessado R\$ por PIQCT - Valor acessado R\$ por mulheres indígenas, quilombolas ou de comunidades tradicionais - % de mulheres da agricultura familiar com titularidade da terra - % de PIQCT com titularidade da terra - % de mulheres da agricultura familiar com regularização ambiental - % de PIQCT com regularização ambiental - % de mulheres com acesso aos benefícios de REDD+ - % de PIQCT com acesso aos benefícios de REDD+ - N° de mulheres indígenas, quilombolas ou de comunidades tradicionais com acesso aos benefícios de REDD+

6. Anexos

Anexo 1. Matriz de partes interessadas²

	1	2	3	4
Nome / Organização				
Interesses no tema				
Grau de apoio ou oposição ao tema (forte apoio, médio apoio, baixo apoio, neutro, baixa oposição, média oposição, forte oposição)				
Grau de influência/poder (muito baixa, baixa, média, alta, muito alta)				
Grau de conhecimento sobre o tema (muito alto, alto, médio, baixo, muito baixo, inexistente, não sabemos)				
Grau de acesso de representantes da Câmara Técnica a essa parte interessada (alto, médio, baixo, inexistente)				
O que queremos dessa pessoa/organização? (inserir ação desejada)				
O que faremos para influenciá-la? (inserir atividades planejadas)				

² Adaptado de GUIA PARA A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE ADVOCACY: como influenciar políticas públicas. Imaflora, 2019.

Anexo 2. Referências sobre Incidência Política

GUIA PARA A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE ADVOCACY: como influenciar políticas públicas. Imaflora, 2019.

Disponível em: <https://www.imaflora.org/biblioteca?page=1&pesquisa=advocacy>

Advocacy na prática: caminhos e aprendizados ao fazer incidência política. Conectas, Missão Paz e Laudes Foundation, 2020.

Disponível em: <https://www.conectas.org/publicacao/advocacy-na-pratica/>